

## POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIOECONÔMICAS DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO LITORAL SUL (BA)

**Cristiane Aparecida de Cerqueira**

Professora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e bolsista do Ipea.  
*E-mail: ccerqueira@uesc.br*

**Antonio César Ortega**

Professor titular da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e bolsista do Ipea. *E-mail: acortega@ufu.br*

**Clesio Marcelino de Jesus**

Professor adjunto do Instituto de Economia da UFU. *E-mail: clesiomj@ie.ufu.br*

**Murilo José de Souza Pires**

Técnico de planejamento e pesquisa do Ipea. *E-mail: murilo.pires@ipea.gov.br*

O estado da Bahia apresenta elevada pobreza e desigualdade regional. Os indicadores são ainda mais assimétricos quando se compara o meio rural ao meio urbano. Apesar disso, e reconhecendo-se a dificuldade de enfrentar esses problemas a partir desses cortes, as políticas públicas que utilizam o enfoque territorial buscam construir uma estratégia de desenvolvimento que visa à superação da dicotomia rural-urbano. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar a evolução das características demográficas e socioeconômicas dos municípios pertencentes ao Território Litoral Sul (TLS), localizado no estado da Bahia, na intenção de verificar se – após a instituição dos programas territoriais rurais e ao longo dos anos – os referidos municípios experimentaram o desenvolvimento.

Especificamente, são avaliadas as características geográficas e demográficas, com a finalidade de verificar se o território tem, de fato, perfil rural e condições de promover a coesão territorial. As condições de desenvolvimento são apresentadas sinteticamente por meio do índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M), mas também são descritas algumas particularidades da situação da educação, da saúde, da pobreza, da renda, da receita municipal, de ocupados, de estabelecimentos rurais e da estrutura da economia.

De maneira geral, os indicadores sociais apontam para uma melhoria. Entre 2000 e 2010, todos os municípios ampliaram o IDH, com destaque para Itabuna e Ilhéus. Esse índice, quando relativo ao território, aumentou de 0,481 (desenvolvimento muito baixo) para 0,646 (médio desenvolvimento). Nesse período, houve redução do percentual de analfabetos, aumentou a expectativa de vida e diminuiu a mortalidade infantil; todos os municípios registraram significativa redução de pobreza e extrema pobreza.

No período analisado, a renda *per capita* do TLS aumentou de R\$ 193,55 para R\$ 327,44, variação de 69,17%. A grande maioria dos municípios, vinte entre os 26, reduziu o percentual da renda do trabalho. Em todos os municípios, foi diminuído o percentual das receitas tributárias e, por isso, elevada a dependência das receitas de transferência; os municípios com maiores receitas próprias e maior dinamismo econômico foram Itabuna e Ilhéus. Também foi ampliado o percentual de pessoas ocupadas no território, mas foi reduzido o de pessoas formalizadas em suas ocupações.

Tanto em 1995 como em 2006, havia no TLS significativa concentração de terras. Nesse período, foi ampliado o acesso à energia elétrica, mas reduzida a acessibilidade à assistência técnica, que consistia em medidas de modernização dos estabelecimentos agropecuários, essenciais ao melhor desempenho dos empreendimentos rurais. De forma geral, os municípios com menor dinamismo no TLS possuem maior participação do setor agropecuário e elevado peso do setor de serviços concentrados no setor público; ao mesmo tempo, os municípios possuem baixa capacidade de arrecadação própria, dependendo das transferências, situação que limita a atuação do executivo local. Portanto, os resultados apontam que, no decorrer dos anos, as condições socioeconômicas do TLS melhoraram; porém, ainda existem indicadores que impedem classificar o território como desenvolvido.